

Termo de Referência 5/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2023	173039-MF-SUSEP-SUPERINT.DE SEGUROS PRIVADOS/RJ	FLAVIANA SIMOES DA SILVA	09/11/2023 15:30 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Aquisições/Contratações Internacionais		15414.617519/2023-31

1. Definição do objeto

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.1. Contratação de serviços de solução de TI para publicação de trabalhos de *Business Intelligence* desenvolvidos na Susep, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	Microsoft Power BI Premium P2 (Licença de uso online por 12 meses)	26077	Licença	1
2	Microsoft Power BI Pro (Licença de uso online por 12 meses)	26077	Licença	25

1.1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.3.1. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção, da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

1.1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

1.1.6. O objeto da contratação não incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD/ME nº 94/2022.

2. Fundamentação da contratação

2.1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.2. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2023 da Superintendência de Seguros Privados, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
6. (PEI/SUSEP 2020-2023)	Aprimorar a supervisão dos mercados com foco na eficiência da atuação
8. (PEI/SUSEP 2020-2023)	Aprimorar a gestão de dados e informações
11. (PEI/SUSEP 2020-2023)	Prover Soluções inovadoras de TIC por meio da transformação digital

ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2024			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
1.	Em elaboração.	M#39	Adquirir novas licenças de Power BI PRO e manter ativas as licenças de Power BI.
ID	Necessidades do PDTIC		
N#37	Fornecimento de licenças de ferramentas BI.		
N#64	Manutenção de serviços críticos para o funcionamento da TI e da Susep (em elaboração).		

2.1.3. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

2.2.1.1. A contratação de licenças de Microsoft Power BI encontra alinhamento estratégico nas iniciativas previstas para estabelecimento e fortalecimento da uma plataforma de *Business Intelligence* (BI) que apoie e dinamize as atividades de supervisão e monitoramento dos mercados sob a responsabilidade da Susep.

2.2.1.2. Ao final de 2019, iniciou-se a contratação da solução Power BI que atualmente está em produção e em plena utilização pela Susep, com vários profissionais já treinados e quase 30 relatórios publicados, auxiliando as diversas diretorias da Susep em sua tomada de decisão.

2.2.1.3. As licenças atualmente em uso, a saber, 1 licença Microsoft Power BI Premium P2 e 20 licenças Microsoft Power BI Pro, terão o fim de suas vigências em 21/11/2023. A atual Contratada informou que não há interesse em sua renovação (SEI 1665672), razão pela qual, faz-se necessário instruir nova contratação para que não haja descontinuidade no serviço e prejuízo às áreas que já se utilizam dos relatórios publicados.

3. Descrição da solução

3.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1.1. A solução Microsoft Power BI pode ser descrita como se segue:

3.1.1.1. Os usuários da Susep têm liberdade de, sem ônus, baixar, instalar e utilizar o aplicativo local da solução – Power BI Desktop. Com a ferramenta, está disponível a totalidade das funcionalidades oferecidas para o desenvolvimento de aplicativos Power BI. Os resultados podem ser livremente compartilhados entre os usuários do Power BI Desktop, onde quer que estejam.

3.1.1.2. A Susep contrata a subscrição do Microsoft Power BI Premium P2, que dá direito à utilização remota de plataforma de publicação na web dos aplicativos desenvolvidos por meio da ferramenta descrita em 3.1.1.1.

3.1.1.3. A Susep contrata a subscrição de licenças de Microsoft Power BI Pro, correspondente aos usuários habilitados a trabalharem de forma colaborativa e a publicarem seus aplicativos na plataforma descrita em 3.1.1.2.

3.2. Justificativa de Aumento

3.2.1. Na última contratação foram requeridas 20 licenças PRO, e atualmente estão sendo utilizadas apenas 18 delas. Contudo, as áreas apresentaram suas atuais necessidades, e após os ajustes realizados, obtivemos um acréscimo de 5 licenças PRO para atender o atual cenário, conforme demonstrado abaixo:

Diretoria	Qtd Utilizada	Necessidade	Adicional
DIR 1	2	4	2
DIR 2	4	4	0
DIR 3	1	1	0
DIR 4	3	6	3
DEATI	7	6	-1
CGEST	1	2	1
AUDIT	0	1	1
OUVID	0	1	1
Total	18	25	7

3.2.2. Os ajustes elencados no quadro acima, estão em consonância com as solicitações constantes no Anexo 1, registrado em nosso Estudo Técnico Preliminar - ETP (1740205).

3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. A estimativa das quantidades das licenças a serem Contratadas é:

Licença	Quantidade	Justificativa
Microsoft Power BI Premium P2	1	Em continuidade à subscrição da licença Contratada conforme o processo 15414.618682/2022-31, com aumento de 5 licenças no Power BI Pro, conforme explanado no item 3.2 deste termo.
Microsoft Power BI Pro	25	

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. Não haverá o parcelamento da solução, pois as licenças deverão ser fornecidas conjuntamente, já que é necessário o fornecimento simultâneo. Na hipótese de se permitir o parcelamento das licenças, os fornecimentos poderiam ocorrer em momentos distintos, comprometendo o caráter monolítico da solução.

3.4.2. Quanto ao aspecto tempo, as licenças possuem prazo certo de vigência e eventual desencontro no fornecimento traria prejuízo à Autarquia, pois a solução concebida só é efetiva quando todas as licenças estão ativas.

3.4.3. Ademais, quando da prorrogação, um dos fornecedores poderia não concordar, levantando a necessidade de licitação para o respectivo objeto, levantando ainda mais riscos de se ter disponível apenas uma licença, e não outra.

3.4.4. Dessa forma, o fornecimento de ambas as licenças por uma única empresa afasta o risco de a disponibilidade das ambas as licenças se desacoplar no tempo, preservando a efetividade da solução.

4. Requisitos da contratação

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. No que couber a Contratada deverá adotar as medidas que forem cabíveis no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

4.2. Requisitos de negócio:

4.2.1. 1 (uma) licença Microsoft Power BI Premium P2.

4.2.2. 25 (vinte e cinco) licenças Microsoft Power BI Pro.

4.2.3. Modalidade de contratação: Assinatura.

4.2.4. Prazo da subscrição: 12 (doze) meses, contados de data a ser indicada pela Susep na Ordem de Fornecimento.

4.3. Requisitos de versão:

4.3.1. As licenças deverão ser da versão correspondente à disponibilizada última *build* pela fabricante do *software*.

4.4. Requisitos Legais:

4.4.1. As licenças deverão ser genuínas em atendimento à Lei 9.609/98.

4.4.2. A contratação estará de acordo com a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, Lei nº 10.520/2002 e IN nº 94 SGD/ME de 23/12/2022.

4.5. Requisitos de Manutenção:

4.5.1. *Tenant*:

4.5.1.1. Os dados do *Tenant* (container de itens da Susep no ambiente Microsoft Office 365) serão informados à Contratada na reunião inicial.

4.5.1.2. A Contratada deverá disponibilizar as licenças no *Tenant* da Susep, que é administrado atualmente por outro fornecedor.

4.5.2. A administração do AD (*Active Directory*) da Susep permanecerá sob responsabilidade do atual fornecedor dos serviços de *Data Center* da Susep.

4.6. Requisitos Temporais:

4.6.1. O contrato terá vigência inicial de 12 meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma da lei.

4.6.2. A cada ciclo contratual, poderá haver a renovação das licenças para um novo período de 12 meses.

4.6.3. A Susep apresentará à Contratada, Ordem de Fornecimento ou instrumento congênere incluindo todas as licenças de *software* objeto desta contratação (item 4.2).

4.6.4. A Contratada disponibilizará as licenças em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato.

4.6.4.1. O prazo poderá ser estendido mediante justificativa a ser acatada a critério da Susep.

4.6.4.2. O início da vigência das licenças deverá ser posterior à data de fim de vigência das licenças em produção, a saber, 21/11/2023.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:

4.7.1. As licenças de software deverão estar no idioma “pt-br”, ou, não sendo possível, obrigatoriamente em inglês.

4.8. Requisitos de Segurança:

4.8.1. A solução deverá:

- 4.8.1.1. permitir a atribuição de diferentes perfis de acesso aos usuários da plataforma.
- 4.8.4.2. permitir o controle de acesso aos conteúdos publicados em nível de usuário.
- 4.8.4.3. registrar trilhas de auditoria relativos ao uso da plataforma e acesso aos aplicativos.
- 4.8.4.4. garantir a segurança

4.9. Requisitos de Mídia:

- 4.9.1. A entrega das licenças deverá ser demonstrada através mecanismo de gestão centralizada de licenças disponibilizado pela Microsoft, por meio do qual se comprovem as quantidades e prazos de vigência das subscrições das licenças contratadas.

4.10. Restrição de preço:

- 4.10.1. Os preços desta contratação estarão limitados àqueles constantes do respectivo Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, a que se refere a IN nº 94/2022 SGD art 2º, inc. XXVI, caso seja fornecida licença com o Identificador (SGD ou Microsoft) constante no referido Catálogo.

- 4.10.1.1. A referida limitação de preço se aplicará apenas nos casos em que o identificador Microsoft da licença ofertada pela licitante constar do catálogo que compõe o Anexo I do Acordo Corporativo nº 8/2020 celebrado entre a Microsoft e a União (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-produtos-e-servicos-microsoft-versao-4-0-0.pdf>).

- 4.10.2. O teor do mencionado Acordo está disponível em (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/acordo-corporativo-no-8-2020-microsoft.pdf>).

- 4.10.3. Tais restrições estão de acordo com a IN nº 94/2022 SGD/ME, art 9º §6º; art 27; e art. 40, §1º.

4.11. Especificação das licenças:

4.11.1. Licença Microsoft Power BI Premium P2:

- 4.11.1.1. Capacidade do nó: P2.

I - Trata-se de qualificador Microsoft de dimensionamento dos recursos de infraestrutura de TIC disponibilizados ao signatário na nuvem Microsoft (quantidade de processadores, memória, armazenamento, quantidade de conexões às fontes de dados, etc).

- 4.11.1.2. Referência exemplificativa: AAA-55195

- 4.11.1.3. Product Description: *Power BI Premium Plan 2 Srv 12 Months Online Services*

4.11.2. Licenças Microsoft Power BI Pro:

- 4.11.2.1. Referência exemplificativa: AAA-12628

- 4.11.2.2. Product Description: *Power BI Pro p/User Cloud Srv 12 Month Subscription*

4.12. Entrega das licenças:

4.12.1. Licenças Microsoft Power BI Premium P2:

- 4.12.1.1. A entrega da licença será completa mediante a disponibilização, pela contratada, da licença no *Tenant* da Susep onde atualmente opera a licença Power BI Premium em produção, assegurando a continuidade do serviço Power BI, nos termos do item 4.9;

4.12.2. Licenças Microsoft Power BI Pro:

- 4.12.2.1. A entrega das licenças será completa mediante a disponibilização, pela contratada, das licenças no *Tenant* da Susep onde se encontram as licenças atuais de Power BI Pro, assegurando a continuidade do serviço Power BI, nos termos do item 4.9;

4.12.2.2. A contratada deverá preservar a titularidade das licenças de Power BI Pro vigentes no momento da entrega.

4.12.3. O procedimento de aceite das licenças terá início após o cumprimento do disposto neste item 4.12.

4.13. Subcontratação

4.13.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.14. Alteração Subjetiva

4.14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

4.15. Garantia da contratação

4.15.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.15.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.15.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.15.3.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

4.15.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133 de 2021.

4.15.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.15.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.15.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.15.5.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.15.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

4.15.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

4.15.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

4.15.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.15.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

4.15.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.15.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.15.12. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.13. Será considerada extinta a garantia:

4.15.13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

4.15.13.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.

4.15.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

4.15.15. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

4.16. Vistoria

4.16.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições de Execução

5.1.1. Rotinas a serem cumpridas

5.1.1.1. A execução do objeto, que será detalhada nos próximos itens, seguirá a seguinte dinâmica:

I - Assinatura do contrato e apresentação da garantia contratual;

II - Reunião inicial;

III - Fiscalização da execução;

IV - Procedimentos de pagamento.

5.2. A assinatura do contrato e a apresentação da garantia contratual

5.2.1. A Susep convoca a Contratada para assinatura do contrato;

5.2.2. A Contratada assina o contrato na forma indicada pela Susep;

5.2.3. A Contratada apresenta a garantia contratual conforme item 4.14 deste Termo de Referência.

5.3. Reunião inicial

5.3.1. Após a assinatura do contrato, a Contratada será convocada para a reunião inicial. Na ocasião:

5.3.2. A Contratada apresentará o seu preposto.

5.3.3. A Contratante esclarecerá detalhes da execução e fiscalização do objeto.

5.3.4. A Contratada assinará e entregará à Contratante o Termo de Compromisso e Termo de Ciência (Anexos 3 e 4).

5.3.5. A Contratante entregará as Ordens de Serviço para a Contratada, informando a data de início da vigência das subscrições, nos termos do item 4.6.4.

5.3.6. A Contratante lavrará ata da reunião inicial, que deverá ser assinada pelos participantes, através do sistema de processos da Susep (SEI).

5.3.7. O preposto e os signatários do contrato deverão providenciar seu cadastro no sistema de processos da Susep, para fins de assinatura de documentos (usuário externo do SEI, ou outro que vier a substituí-lo).

5.3.8. O Fiscal Técnico deverá verificar a assinatura de todos os signatários previstos para Termo de Compromisso, Termo de Ciência e ata da reunião inicial.

5.4. Fiscalização da Execução

5.4.1. A Contratada disponibilizará as licenças conforme discriminado nas Ordens de Serviço e neste Termo de Referência.

5.4.2. A Equipe de fiscalização acompanhará a execução zelando pela fiel observância à Ordem de Serviço e a este Termo de Referência, atuando no processo as observações pertinentes.

5.4.3. A Contratada deverá observar o prazo de entrega das licenças fixado no item 4.6.

5.4.4. Os procedimentos de entrega deverão incluir todo o disposto no item 4 (Especificação dos Requisitos da Contratação).

5.4.5. Os procedimentos de entrega que incluam acesso ao ambiente de TIC da Susep serão acompanhados por fiscal designado da Susep.

5.4.6. A Contratada deverá apresentar evidências documentais da disponibilização das licenças de software objeto deste Termo no ambiente da Susep.

5.5. Procedimentos de pagamento

5.5.1. A execução transcorrerá na forma do item 7.

5.6. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

Id	Descrição	Qtde	Unid.
1	Microsoft Power BI Premium P2 (Licença de uso online por 12 meses)	1	Licença
2	Microsoft Power BI Pro (Licença de uso online por 12 meses)	25	Licença

5.7. Mecanismos formais de comunicação

5.7.1. A Susep emitirá Ordem de Fornecimento das licenças para formalização do pedido de compra.

5.7.2. As demais comunicações se darão por e-mail, telefone, carta ou ofício.

5.8. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.8.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.8.2. O **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Anexos 3 e 4.

5.9. Deveres e responsabilidades da Contratada

5.9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.9.1.2. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do contrato, junto à Contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a Contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.9.1.3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.9.1.4. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;

5.9.1.5. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

5.9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.9.1.8. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.9.1.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.9.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.9.1.11. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

5.9.1.12. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da Contratante.

5.9.1.13. Não fazer uso das informações prestadas pela Contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

5.9.1.14. Garantir que as licenças fornecidas sejam disponibilizadas no *tenant* da Susep no ambiente Microsoft.

5.9.1.15. Realizar o cadastro dos signatários e do preposto no sistema de processos da Susep - SEI.

5.9.1.16. Designar funcionário com a devida qualificação para executar as atividades de entrega das licenças.

5.10. Local e horário da prestação dos serviços

5.10.1. Conforme item 4.12 deste Termo de Referência.

5.11. Rotinas a serem cumpridas

5.11.1. Conforme item 5 deste Termo de Referência.

5.12. Materiais a serem disponibilizados

5.12.1. Conforme item 4.11 deste Termo de Referência.

5.13. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.13.1. O Anexo 1 traz o modelo de proposta comercial que deverá ser apresentado pela licitante com melhor lance.

5.13.2. A licitante deverá preencher o Anexo 2 - Dados dos signatários do contrato e do preposto e enviá-lo juntamente com a proposta comercial.

5.14. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.14.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.15. Do Reajuste de Preços

5.15.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

5.15.2. Será concedido o reajuste dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.15.3. Os valores unitários vigentes no contrato poderão ser reajustados após decorridos 12 (doze) meses de execução contratual, mediante negociações entre as partes, aplicando-se a variação ocorrida no período correspondente ao reajuste, indicada pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/08/indice-de-custo-da-tecnologia-da-informacao-icti-junho-de-2023/>).

5.15.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.15.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

5.15.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

5.15.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.15.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.15.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Procedimentos

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. Preposto

6.2.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.3. Fiscalização

6.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.4. Fiscalização Técnica

6.4.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.4.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.4.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.4.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.4.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.4.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.5. Fiscalização Administrativa

6.5.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.5.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.6. Gestor do Contrato

6.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.6.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.6.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.6.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.6.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.6.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.6.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.7. Atores da gestão do contrato

PARTE	PAPÉIS	RESPONSABILIDADES
Contratante	Gestor	<ul style="list-style-type: none"> Participar da reunião inicial; Assinar o Termo de Compromisso; Encaminhar Ordens de Fornecimento juntamente com o fiscal requisitante; Acompanhar a entrega da licença em nível gerencial; Atestar o recebimento das licenças da nota fiscal; Assinar o Termo de Recebimento Definitivo; Organizar reuniões de gestão do contrato; Encaminhamento de indicação de sanções à área administrativa, quando houver; Encaminhamento de pedidos de alteração contratual ao setor competente, quando houver; Encaminhar justificativa para aditamento contratual ao setor competente se julgado conveniente e oportuno; Manutenção do histórico do gerenciamento do contrato.
	Fiscal Técnico	<ul style="list-style-type: none"> Participar da reunião inicial; Confirmar o cadastro como usuários externos dos signatários no SEI (preposto e signatários); Apoiar a Contratada disponibilização das licenças; Assinar o Termo de Recebimento Provisório; Fiscalizar tecnicamente o contrato; Disponibilizar os meios de acesso ao ambiente de TIC da Susep em caso de necessidade; Assinar o relatório técnico de fiscalização contratual.

	Fiscal Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> • Participar da reunião inicial; • Realizar a fiscalização administrativa e fiscalização do contrato; • Encaminhar notas fiscais para pagamento; • Verificação da manutenção das condições da Contratada nas quais o contrato foi assinado.
	Fiscal Requisitante	<ul style="list-style-type: none"> • Participar da reunião inicial; • Encaminhar Ordens de Fornecimento juntamente com gestor do contrato; • Assinar o Termo de Recebimento Definitivo.
	Representante legal	<ul style="list-style-type: none"> • Participar da reunião inicial; • Assinar a Ata da reunião inicial; • Cadastrar o representante legal, o preposto e os signatários externos no SEI; • Assinar o Termo de Compromisso; • Apresentar o preposto.
Contratada	Preposto	<ul style="list-style-type: none"> • Participar da reunião inicial; • Assinar a Ata da reunião inicial; • Responder pela Contratada em todos os aspectos contratuais; • Disponibilizar as licenças conforme a Ordem de Fornecimento recebida da Susep; • Apresentar os relatórios para o faturamento mensal; • Apresentar Notas Fiscais correspondentes às licenças; • Participar de reuniões de gestão do contrato representando a Contratada; • Garantir a aderência dos serviços e entregas aos termos da contratação.
	Profissionais Contratada	<ul style="list-style-type: none"> • Assinar o Termo de Ciência.

6.8. Deveres e responsabilidades da Contratante

6.8.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

6.8.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

- 6.8.3. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, e inspeções realizadas;
- 6.8.4. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 6.8.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 6.8.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 6.8.7. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 6.8.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.8.9. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.8.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Critérios de Aceitação

- 7.1.1. A Contratada deverá fornecer a totalidade das licenças.
- 7.1.1.1. Não serão admitidas entregas parciais.
- 7.1.2. Após a disponibilização das licenças, a Contratada deverá demonstrar, no ambiente da Microsoft, que as licenças estão atribuídas à Susep pelo prazo de vigência de 12 (doze) meses previstos neste ato, contados do dia seguinte ao final da vigência das licenças correspondentes em produção na Susep.
- 7.1.3. As licenças serão consideradas entregues quando atendidos todos os requisitos previstos no item 4.

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

- 7.2.1. O Recebimento Provisório será realizado pelo Fiscal Técnico após as atividades de entrega das licenças previstas nos itens 4.11 e 4.12, seguindo as diretrizes abaixo.
- 7.2.1.1. As atividades de entrega serão acompanhadas por servidor da Susep designado, a quem caberá a certificação de que os critérios de aceitação previstos em 7.1 e os requisitos de fornecimento enumerados na seção 4 foram todos atendidos.
- 7.2.1.2. Para assegurar a continuidade dos serviços de Power BI, a Contratada deverá estabelecer o início da vigência das licenças fornecidas nos termos do item 4.6.4.
- 7.2.1.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas nesta etapa, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.2.1.4. A Contratada deverá demonstrar que as licenças estão sob a titularidade da Susep.
- 7.2.1.5. A Contratada deverá demonstrar que as licenças estão habilitadas no *Tenant* da Susep, assegurando a continuidade do serviço Power BI.

7.2.1.6. A Contratada deverá garantir a disponibilização das licenças Power BI Pro no mesmo *tenant* que a licença Power BI Premium P2 foi fornecida.

7.2.1.7. O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes verificação dos requisitos de cada licença licitada.

7.2.1.8. O Termo de Recebimento Provisório será assinado pelo Fiscal Técnico.

7.2.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório das licenças, o Gestor do Contrato deverá providenciar a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ato que concretiza o ateste da entrega das licenças, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.2.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

7.2.2.2. O Termo de Recebimento Definitivo será assinado pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante.

7.2.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, conforme a Ordem de Fornecimento.

7.2.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

7.3. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.3.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

7.3.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.3.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.3.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

7.3.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

7.3.1.5. cometer fraude fiscal.

7.3.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

7.3.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.3.2.2. **Multa de:**

I - 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

VI - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.3.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.3.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

I - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4 deste Termo de Referência.

7.3.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.3.3. As sanções previstas nos subitens 7.3.2.1, 7.3.2.3, 7.3.2.4 e 7.3.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.3.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	01

7.3.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

7.3.5.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.3.5.2. dar causa à inexecução total do contrato;

7.3.5.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.3.5.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.3.5.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.3.5.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.3.5.7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

7.3.5.8. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.3.5.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.3.5.10. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.3.5.11. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.3.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.3.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.3.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.3.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.3.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.3.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.3.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.3.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.3.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.4. Do Pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.4.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.2.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.4.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.5. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.4.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.4.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

7.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, onde $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$365$$

$$I = 0,00016438$$

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.2. Os preços desta contratação estarão limitados àqueles constantes do respectivo Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, a que se refere a IN nº 94/2022 SGD art 2º, inc. XXVI, caso seja fornecida licença com o Identificador (SGD ou Microsoft) constante no referido Catálogo.

8.1.2.1. A referida limitação de preço se aplicará apenas nos casos em que o identificador Microsoft da licença ofertada pela licitante constar do catálogo que compõe o Anexo I do Acordo Corporativo nº 8/2020 celebrado entre a Microsoft e a União (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-produtos-eservicos-microsoft-versao-4-0-0.pdf>).

8.1.3. O teor do mencionado Acordo está disponível em (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/acordocorporativo-no-8-2020-microsoft.pdf>).

8.1.4. Tais restrições estão de acordo com a IN nº 94/2022 SGD/ME, art 9º §6º; art 27; e art. 40, §1º

8.1.5. Serão desclassificadas as propostas que violarem as condições acima.

8.2. Regime de execução

8.2.1. O regime de execução do contrato será de fornecimento **integral**: todas as licenças serão fornecidas de uma única vez.

8.3. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

8.3.1. No processo de seleção do fornecedor, serão aplicáveis as disposições quanto a preferência observadas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.4. Exigências de habilitação

8.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.5. Habilitação jurídica

8.5.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.5.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.5.8. **Sociedade cooperativa:** Observando a Instrução Normativa nº 05/2017 da SEGES/MPOG, artigo 10º e 12, não será admitida a contratação de sociedades cooperativas ou instituições sem fins lucrativos.

8.5.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6. Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.6.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.6.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.6.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.6.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.6.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.6.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.6.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.7. Qualificação Técnica

8.7.1. Apresentar no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que declare ter a licitante fornecido licença(s) de software fabricada(s) pela empresa Microsoft, cuja complexidade tecnológica e operacional de fornecimento seja similar ao objeto dessa contratação.

8.7.2. A licitante deverá apresentar declaração que é parceiro Microsoft, ou seja, que comprove estar habilitada a fornecer serviço de licenças Microsoft. Essa comprovação poderá ser feita através do próprio portal da Microsoft.

8.7.3. Logo após a homologação do pregão, a licitante deverá providenciar o cadastro dos signatários e do preposto indicado como usuário-externo do SEI, o sistema de processos da Susep. A providência visa à habilitação da assinatura remota de documentos. As instruções estão disponíveis no endereço: https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A manutenção do sigilo do orçamento estimativo tem-se revelado benéfica para a Administração, “com a redução dos preços das contratações, já que incentiva a competitividade entre os licitantes, evitando assim que os concorrentes limitem suas ofertas aos valores previamente cotados pela Administração”. Lembrou que o procedimento adotado ajusta-se à recomendação efetuada pelo Tribunal ao FNDE por meio Acórdão 1789/2009 – Plenário. O relator, então, considerou inexistir vício no procedimento acima descrito. O Tribunal, ao endossou esse entendimento. Precedentes mencionados: Acórdãos n.ºs 1.248/2009, 114/2007 e 1935/2006, todos do Plenário. Acórdão n.º 2080/2012-Plenário, TC-020.473/2012-5, rel. Min. José Jorge, 8.8.2012.]

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 173039;

II) PTRES: 171907;

III) Fonte de Recursos: 1050000294;

IV) Programa de Trabalho: 04122003220000001;

V) Elemento de Despesa: 33;

VI) Plano Interno: SUSEPSI2000

11. Benefícios a serem alcançados

11.1. Com a contratação, espera-se o alcance dos seguintes benefícios:

11.1.1. A disponibilização e o gerenciamento de servidor Power BI Premium na rede da Susep.

11.1.2. O desenvolvimento e a publicação de aplicativos Power BI na intranet/internet.

11.1.3. Maior publicidade e flexibilidade nas consultas disponibilizadas ao público interno e externo.

11.1.4. Maior compartilhamento dos trabalhos de *Business Intelligence* realizados na Susep.

11.1.5. Maior agilidade no acesso à informação e na tomada de decisão nas atividades de supervisão.

11.1.6. Aceleração no processo de desenvolvimento de sistemas, cujos módulos de relatórios podem ser remetidos ao uso da plataforma de BI.

11.1.7. Modernização da apresentação dos dados da Susep segundo as possibilidades da ferramenta.

11.1.8. Continuidade da solução existente, já utilizada nos diversos setores da Susep.

12. Modelo

12.1. O modelo utilizado para elaboração deste documento foi o Termo de Referência ou Projeto Básico (atualizado em 06/04/2023) elaborado pelo órgão central do SISP da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao>.

12.2. Foi cumprido o constante no item 1 - Contratação de Licenciamento de Software e Serviços Agregados do Anexo I - Diretrizes Específicas de Planejamento da Contratação à IN SGD nº 94/2022.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: 1689648

JULIANA MAGALHAES DE MATTOS COELHO

Coordenadora

Despacho: 1689648

DANIEL DA SILVA DUARTE

Analista Técnico

Despacho: 1689648

ANDRE BATISTUZZO

Analista Técnico

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo 1 - Proposta Comercial.xlsx (19.24 KB)
- Anexo II - Anexo 2 - Dados dos signatarios e preposto.docx (984.86 KB)
- Anexo III - Anexo 3 - Termo de Compromisso.docx (992.64 KB)
- Anexo IV - Anexo 4 - Termo de Ciência.docx (988.47 KB)
- Anexo V - Anexo 5 - Carta de Preposição.docx (988.08 KB)